

PEDAGOGIA EM AMBIENTE NÃO ESCOLAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO “PROGRAMA ESTAÇÕES: CONSTRUINDO TRILHOS, REDES DE SOLIDARIEDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO” DESENVOLVIDO NA CASA DE ACOLHIMENTO PROVISÓRIO NA CIDADE DE MARABÁ-PARÁ

Raylane Oliveira De Alencar ¹

Acadêmica de Pedagogia/UNIFESSPA

rayllaneoliveira@gmail.com

Leticia Souto Pantoja ³

Doutora em História/PUC-SP

Professora Adjunta da UNIFESSPA

lspantoja@unifesspa.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (UNIFESSPA)

RESUMO

O presente trabalho pretende relatar a experiência do “Programa Estações: construindo trilhos, redes de solidariedade e práticas educativas para a inclusão social de crianças em situação de risco” desenvolvido no período de fevereiro a julho de 2016, por alunos voluntários. O programa de extensão é executado no Espaço de Acolhimento Provisório (EAP) de Marabá-Pará, situado na Avenida Itacaíunas no Bairro Novo Horizonte. Atualmente, o espaço possui 18 abrigados entre crianças e adolescentes, em condição de acolhimento provisório e/ou em situação de adoção, as quais constituem o público diretamente atendido pelas ações extensionistas. Durante o primeiro semestre, foram desenvolvidos dois projetos: “A função da arte-educação na construção de práticas de diálogo e tolerância frente à diversidade étnica, social e cultural existente entre crianças acolhidas em uma instituição de assistência” e o outro foi “A construção de novas habilidades e competências discursivas através do aprendizado de ritmos, sons e musicalidades”. Para o alcance dos objetivos do Programa foi feita uma parceria entre a Faculdade de Educação da UNIFESSPA-Campus de Marabá, a ONG Bridge Internacional e a associação da Igreja Metodista. Em termos práticos, os Programa “Estações” compreende várias ações pedagógicas que trabalham com ações extensionistas voltadas para a educação não formal. Como metodologia foram feitas oficinas musicais, oficinas ambientais, oficinas de artes e também contação de histórias agregando os direitos de toda criança. Objetivou-se o desenvolvimento de ações educativas de diversas naturezas voltadas para propiciar a crianças e adolescentes na “Casa de Acolhimento Provisório do Município de Marabá” a experimentação de novas situações de aprendizagem, o estímulo a conscientização social e sobre seus direitos, valorização da identidade, fortalecimento da auto-estima, gerando melhoria das condições materiais de vida. Diante do êxito das ações articuladas, o Programa que contou entre os meses de fevereiro a julho, apenas com a colaboração de alunos voluntários do curso de pedagogia foi submetido a Edital para financiamento institucional, passando a dispor de alunos bolsistas, o que assegurou o início de uma nova fase que será ainda mais proveitosa e colaborativa tanto para as crianças abrigadas como para as estagiárias.

Palavras-chave: Educação não-formal. Criança. Vulnerabilidade social.

Introdução

Este relato foi pensado a partir de vivências construídas entre os meses de fevereiro e julho de 2016 na Casa de Acolhimento Provisório do Município de Marabá, através do Programa Estações, que foi desenvolvido no período de fevereiro a julho do corrente ano, por seis alunos do segundo período do curso de pedagogia da UNIFESSPA, os quais participaram do planejamento, preparação e execução de oficinas educativas com os acolhidos da instituição. Nesse período

havia 29 crianças e adolescentes abrigados, variando entre 0 à 17 anos de idade. Hoje a instituição contempla o atendimento de 18 crianças e adolescentes. Localizada no bairro novo horizonte na cidade de Marabá-Pará, até o início do Programa Estações, o Espaço (como a casa é conhecida pelos munícipes), não recebia nenhum tipo de atendimento regular por parte da comunidade externa, tão pouco foi assistida em outras ocasiões por projetos extensionistas ou ações pedagógicas não escolares, que pudessem nortear as crianças que vivem ali em situação de institucionalização.

Observe-se que um dos aspectos previstos no Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da UNIFESSPA diz respeito à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitárias, as quais devem privilegiar a articulação com as demandas da sociedade local e regional, contemplando espaços escolares e não escolares, práticas educativas formais e não formais. Não há ensino sem pesquisa, tão pouco, é possível pesquisa sem ensino ou sem desencadear-se ações de extensão. Nesta linha de raciocínio, faz parte da política de extensão da FAGED estimular e viabilizar a participação dos alunos em projetos e ações extensionistas, nas quais possam articular os conhecimentos teóricos obtidos de forma curricular nas disciplinas do curso com ações pedagógicas que atendam necessidades educacionais e sociais das comunidades em que se encontram. Diante disso, constatou-se que tanto a comunidade do EAP-Marabá, quanto os alunos da UNIFESSPA tinham muito a aprender com essa parceria.

Assim, se por um lado os futuros pedagogos poderiam levar seus conhecimentos acadêmicos de forma prática para o espaço de acolhimento com vistas a atender necessidades psico-pedagógicas das crianças e adolescentes acolhidos; tais sujeitos sociais poderiam ensinar muito aos voluntários do curso de Pedagogia, na medida em que a interação cotidiana com as realidades culturais e experiências de vida dos abrigados possibilitou aos futuros pedagogos, questionar as fronteiras de seus conhecimentos acadêmicos e as questões sociais envolvidas no ato de educar. Ora, a partir do desenvolvimento das ações do Programa, foi possível refletir e redimensionar as fronteiras da atuação dos pedagogos, a qual não está limitada ao ambiente escolar, podendo estender-se além dos muros da escola.

Sob este prisma, o “Programa Estações” pretendeu viabilizar aos alunos participantes oportunidade de conhecer como se processa a atuação do pedagogo em espaços não escolares, destacando-se uma instituição de atendimento a infância e adolescência em situação de risco social.

Conforme destaca Rizzini, Barker & Cassaniga (1999, p.6):

O conceito de criança em “situação de risco” (pessoal e social) passa a ser utilizado na tentativa de adequar os novos enfoques à realidade atual, reconhecendo-se que as mudanças significativas em geral pressupõem um processo lento e complexo de negociações, ajustes e mudança de mentalidade e atitudes.

Desse modo, está claro que o desenvolvimento de ações educativas com crianças em situação de risco implica na construção de práticas e de projetos que abarquem não só essa temporalidade de longa duração, como também reconheçam essas crianças e adolescentes como sujeitos do próprio processo educativo, participantes ativos do andamento das ações previstas, dos êxitos ou fracassos das práticas empreendidas. E para aqueles que ocupam o papel de pedagogos importa reconhecer que necessitam ser mediadores sensíveis do processo educativo, os quais são capazes de identificar as especificidades culturais, sociais e emocionais que interferem na aprendizagem dos educandos, valorizando os ganhos educacionais qualitativos, muito mais do que os aspectos quantitativos das ações.

Não obstante, a ação educativa desenvolvida na perspectiva do Programa Estações é de longa duração, posto que dialogue com crianças que procedem de contextos de abuso sexual, violência física e emocional, abandono e exploração do trabalho de longa data. Nesse sentido,

torna-se lento e processual estabelecer algum vínculo com os mesmos, bem como, obter respostas satisfatórias para o abandono de velhas práticas como agressões verbais aos colegas acolhidos, desatenção durante os projetos desenvolvidos, dentre outras atitudes. Atente-se para o fato de que muitas dessas crianças e jovens vivenciam situação de “institucionalização”, ou seja, foram submetidas à condição de acolhimento por diversas vezes durante a infância, ao ponto de terem passado mais tempo de vida dentro do EAP-Marabá, do que com seus próprios familiares.

Todavia, destaca-se que as ações desenvolvidas pretenderam ampliar a leitura de mundo das crianças e adolescentes atendidos, proporcionando atividades que estimularam a aquisição de novos saberes, a expressão dos sentimentos, a valorização da identidade étnico-racial de cada sujeito envolvido, além do conhecimento dos direitos que asseguram a proteção à infância e adolescência de forma integral.

Constituindo-se em Programa de caráter interdisciplinar, abrangeu conteúdos que transitam entre a área da educação, propriamente dita, como também implicam em conhecimentos jurídicos e de direitos humanos.

Revisão da literatura

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos e a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor, dentre outras. (Gonh, 2006)

O universo dos estudos, pesquisas e práticas relacionadas a educação social é amplo e complexo. Isto porque envolve o reconhecimento que qualquer processo educativo (tanto formal quanto não formal) é influenciado pela contradição premente que existe na sociedade, determinada pelas disputas de projetos sociais advindos de classes antagônicas, as quais costumeiramente se enfrentam na busca por maior participação na sociedade e conquista dos ganhos decorrentes do acesso a educação.

Nessa perspectiva, adotando-se uma leitura Paulo Freireana, a educação social é o viés que possibilita dar visibilidade ao lugar do “oprimido” no bojo dos processos educativos; na medida em que - segundo Paulo Freire, compreende e reconhece a existência de relações conflituosas entre as classes sociais que interferem nos sentidos e circunstâncias em que se dão os processos educacionais (escolares e não escolares). (FREIRE, 1994)

Sabemos que para a elaboração de determinado projeto nesse âmbito pedagógico deve-se por em prática um plano de ação que esteja articulado com a realidade do educando, gerando no mesmo, efetivo interesse para com as atividades. Em outras palavras, que contemple vários aspectos culturais, sociais, humanos, éticos; capazes de atender as múltiplas demandas apresentadas pelos sujeitos participantes/educandos. Tudo isso, sem esquecer de exercícios que possam ser desenvolvidos de modo comprometido pelos mesmos, na medida em que estimulem a construção de ferramentas para melhorar seus conhecimentos de mundo.

Conforme afirma Petrus (2003):

Na educação social as principais perspectivas que devem se criar acerca dos enquanto atores sociais são: Prestar apoio de caráter pedagógico, cultural, social e recreativo a indivíduos, grupos e comunidades abrangidos por equipamentos sociais, com vista à melhoria das condições de vida; colaborar na prospecção, estudo e avaliação de planos de

promoção social e comunitária, na identificação de necessidades de preenchimento de tempos livres e em estudos sobre a caracterização do meio social; promover, desenvolver e/ou apoiar atividades de índole cultural, educativa e recreativa na ocupação de tempos livres de crianças, jovens e pessoas idosas; dinamizar e/ou apoiar atividades de caráter formativo mediante a realização de cursos ou campanhas de educação sanitária e formação familiar; e assegurar, de acordo com as orientações definidas, a articulação entre os equipamentos sociais, as famílias, as outras instituições e serviços da comunidade, dinamizando e/ou participando em reuniões, 10 programas de promoção ou outras ações desenvolvida em nível comunitário.

Rizzini, Baker & Cassinga afirmam:

Os Programas voltados para as crianças de rua no Brasil também se destacaram por sua flexibilidade e criatividade no trato com as crianças, respeitando suas características específicas e adaptando os programas às crianças ao invés de obrigar as crianças a se ajustarem aos programas. Neste sentido, eles eram totalmente diferentes dos programas tradicionais de assistência à infância e do sistema de ensino público no Brasil, cuja tendência era exatamente a oposta.

Nesse sentido, ao desenvolvermos um programa que se insere no bojo da pedagogia social importa-nos reconhecer que as crianças e adolescentes participantes e suas necessidades cotidianas de vida constituem os principais vetores que orientam a elaboração dos planos de ação e das atividades propostas pelo Programa.

Experiências vivenciadas no Programa Estações

Por se tratar de um Programa de extensão desenvolvido inicialmente com alunos voluntarios, mantivemos o foco em dois projetos em específicos, a saber: *“A função da arte-educação na construção de práticas de diálogo e tolerância frente à diversidade étnica, social e cultural existente entre crianças acolhidas em uma instituição de assistência”* e o outro, *“A construção de novas habilidades e competências discursivas através do aprendizado de ritmos, sons e musicalidades”*, o último ainda sendo trabalhado com as crianças.

No Primeiro projeto utilizamos oficinas de artes contextualizando os artistas Frida Kahlo e Pablo Picasso, através do estudo das histórias de vida de cada um, observação de pinturas e desenhos confeccionados por Picasso e Kahlo. Posteriormente, foi proposto a elaboração de desenhos das obras analisadas para serem pintados pelos educandos; e na sequência a confecção de auto-retratos pelas próprias crianças com o intuito de despertar a sensibilidade e saber a forma como eles se vêem. Paralelamente, associamos a arte com a musicalidade fazendo com que eles produzissem sons e conhecessem a cultura do país de origem de cada pintor, a partir dessas práticas as crianças confeccionaram com a ajuda dos discentes voluntários murais contendo as obras de cada um. Finalmente, introduzimos também brincadeiras sobre as cores a partir de cantigas de roda correlacionando com as cores e as tonalidades utilizadas pelos artistas em sua produção.

Para serem realizadas essas oficinas foram utilizadas, tintas guache, folha A4, pinceis, cartolina, dentre outros recursos, como datashow. Atualmente, eu como bolsista juntamente com a outra bolsista estamos dando continuidade ao segundo projeto, pois já apresentamos os instrumentos musicais em formato de brinquedos para as crianças, colocamos músicas infantis, como por exemplo “boi da cara preta”, “o sapo não lava o pé” em variados ritmos, tais como reggae e samba, entre outros. Nosso objetivo, neste caso, é desvelar os diversos ritmos existentes no Brasil, ampliando os conhecimentos musicais das crianças e adolescentes, além de permitir-lhes novas sensibilizações estéticas.

Embora a maioria das atividades tenha sido exercida na sala pedagógica nós também desenvolvemos em ambiente ao ar livre, na área externa do abrigo e também na brinquedoteca.



Figura 1: Pintura das obras de Frida Kahlo e Pablo Picasso.

Nossa maior dificuldade foi trabalhar crianças de diferentes faixas etárias e com níveis distintos de letramento no mesmo espaço; isto ocorreu especialmente pelo fato de serem oriundas de classes multisseriadas e algumas, inclusive estarem em defasagem idade/série. Mas progressivamente conseguimos nos adaptar, dividindo o grupo em duas equipes: uma de três a nove anos e o outro de dez a dezessete anos (o que não seria ideal pedagogicamente, porém a melhor opção que se apresentou no contexto encontrado). Para sustentar essa organização elaboramos um plano de ação com atividades diferentes para cada grupo, fazendo com o que os acolhidos obtivessem maior proveito e nós voluntários nos adaptássemos a desenvolver as atividades com crianças em séries diferenciadas.



Figura 02: Brincadeiras de Roda

Através das brincadeiras de roda trabalhamos questões sobre a afetividade dos acolhidos, estimulamos o trabalho em grupo, a sonorização e a coordenação motora. Nas contações de histórias li textos que contribuíssem para a ampliação da visão de mundo, o resgate de sonhos e o direito de toda criança a ser educada e brincar; fazendo com que elas entendessem que tem capacidade de construir projetos de vida, como por exemplo, sonhar em serem professores, bombeiros, policiais, mecânicos ou médicos; de superar a violência no local em que vivem e que a vida deles pode ser muito melhor do que hoje; basta lutarem por seus direitos através das ferramentas legais que existem para protegê-las, garantindo um bom futuro, no qual usufruam integralmente de seus direitos na sociedade.

Desse modo, promovemos atividades recreativas e de lazer que procuraram estimular a aquisição de novos saberes por parte das crianças e adolescentes. Nesse processo, conseguimos ampliar as noções de cidadania e ética através de “brincadeiras” e exercícios que geraram reflexão acerca da própria realidade sócio-histórica em que se encontravam os participantes. Atualmente, estamos desenvolvendo oficinas voltadas para a ampliação da linguagem musical e corporal das crianças, a partir de três aspectos: ouvir sons e diferentes ritmos – cantar e expressar ritmicamente as músicas e sons ouvidos- dançar e expressar com o corpo tais sonoridades e ritmos.

Essas foram todas as ações que obtivemos sucesso graças à atenção e disponibilidade de adquirir mais conhecimentos demonstrada pelos sujeitos participantes. Ainda que inicialmente tenhamos enfrentado muita resistência por parte dos atendidos. Aspecto que, com o passar das semanas, foram sendo superados à medida que se criavam vínculos afetividade com os voluntários.

Conclusão

Essa nova e primeira experiência que tive na minha vida foi de suma importância para que eu pudesse associar os meus conhecimentos teóricos com as práticas pedagógicas adquiridas no EAP. A partir da participação no Programa estações, pude “abrir” meus olhos para a realidade vivida por crianças que não tem oportunidade de ter uma educação de qualidade. São crianças em situação de violência doméstica e vulnerabilidade social que pertencem a família que contam com pouco ou nenhum auxílio das políticas públicas mais difundidas pelos meios de comunicação. Na sua maioria chegam ao EAP com distorção idade série ou *deficit* de aprendizagem oriundo de motivos não totalmente identificados pelos servidores que trabalham no espaço. Várias dessas crianças, inclusive, não possuem qualquer tipo de documentação civil (certidão de nascimento ou rg) até que chegam ao EAP, e por isso mesmo, não estão inscritas em qualquer programa de assistência do governo, como bolsa família, auxílio creche e outros.

Minha experiência pessoal ao participar do Programa, me fez perceber que infelizmente a sociedade brasileira abandona tanto no aspecto social e ético, quanto educacional tais crianças/adolescentes, os quais se encontram em situação de risco emergencial. Por isso, analiso que os poderes públicos ainda não conseguiram implantar integralmente os direitos da criança e do adolescente em nosso país.

É fato que meu currículo será enriquecido com este Programa; as portas irão se abrir para o mercado de trabalho com menos dificuldade, pois sem nenhuma experiência na área pedagógica as oportunidades de estágio e empregos seriam muito dificultadas. Porém, o maior enriquecimento será para ampliar minha perspectiva sobre a responsabilidade social do educador/pedagogo.

Observe-se que este Programa apartir do mês de agosto iniciou uma nova etapa, na qual através dos recursos do PIBEX passamos a contar com duas bolsistas, possibilitando dedicação muito maior as atividades desenvolvidas. Aspecto que, certamente, permitirá que no futuro sejam trazidos novos e instigantes relatos de atividades.

Referências

CINTRA, Ana Lúcia e SOUZA, Mériti de. Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento. Rev. Mal-Estar Subj. [online]. 2010, vol.10, n.3, pp.

FERREIRA, Vanda Valle de. et alli. Crianças e adolescentes abrigados: perspectiva de futuro após situação de rua. Psicologia & sociedade, 26 (1). pp.165-174, 2014.

FREIRE, Paulo. Educação Social. 1994.

FURLOTTI, Tamy Valéria de Moraes. Segredos de família: violência doméstica contra crianças e adolescentes na São Paulo das primeiras décadas do século XX .São Paulo. FFLCH. 1999. Mestrado. FFLCH

GOHN, M. G. Educação não-formal na pedagogia social. 1 Congresso Internacional Pedagogia Social Março 2006.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Educação. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 5)

GOHN, Maria da Gloria. Educação não formal e cultura política: impactos sobre o Associativismo do terceiro setor. 2ed. São Paulo, Cortez, 2001.

PETRUS, Antoni. Novos Âmbitos em Educação Social. Profissão: Educador Social. Porto Alegre: Artmed, 2003.

RIZZINI, Irene. Políticas sociais em transformação: crianças e adolescentes na era dos direitos.1999.

RIZZINI, Irene & RIZZINI, Irma. A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. In: http://www.editora.vrc.pucRio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf (acesso em 23 de junho de 2016)

RIZZINI, Irene. Crianças e menores – do pátrio poder ao pátrio dever: um histórico da legislação para a Infância no Brasil (1830-1990). In: PILOTTI, F. e RIZZINI, I. (orgs.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro. EDUSU/AMAIS/Inst. Interam. Del Niño. 1995, p. 99-168.